

Avanços da pauta específica da Fasubra

Ainda tendo de radicalizar para negociar, as reuniões com o governo durante a greve impulsionaram a pauta dos trabalhadores em educação. Regulamentação da data base e dos processos de negociação permanece sem definição

Os TAEs compõem categoria de luta permanente. O lugar que ocupam no contexto do serviço público só traz uma certeza, a de que de braços cruzados não avançam em nada. Assim, há uma pauta diversificada e um estado de negociação permanente com o governo. Momentos cruciais, como a necessidade de garantir o reajuste anual no orçamento do ano seguinte, buscando diminuir as perdas salariais,

levam à radicalização da greve que, por sua vez, acaba por agilizar antigas reivindicações, como o incentivo à qualificação e o aprimoramento da carreira.

Até o mês de abril de 2016 - prazo de 180 dias a partir da assinatura do acordo -, o MPOG apresentará os encaminhamentos feitos pelo MEC sobre a reabertura de opção para adesão ao PCCTAE, aproveitamento de discipli-

nas para progressão funcional, capacitação, afastamento para qualificação e revisão das orientações normativas de insalubridade.

Alegando razões diversas, itens da pauta da Fasubra não foram acatados pelo governo, como a suspensão dos cortes orçamentários das universidades, creche para trabalhadores das Ifes, liberação de dirigentes sindicais, reposicionamento dos aposentados.

Ressalta-se que a segurança de uma resposta, ainda que não favorável, libera a categoria para a tomada de decisões futuras e para os encaminhamentos necessários.

Vejamos o quadro dos acordos das reivindicações dos TAEs, resultantes da greve 2015.

Item da pauta da pauta específica da Fasubra	Resultado das negociações
Reajuste salarial e benefícios	A partir de uma proposta econômica imposta, a reivindicação de reduzir de 4 para 2 anos o reajuste (5,5% em ago 2016 e 5% em jan 2017) foi acatada pelo Governo. Outros ganhos: step acrescido de 0,1% a partir de jan/2017, e revisão nos auxílios creche, escola, saúde e alimentação, a partir de jan/2016.
Aprimoramento da carreira/ Racionalização de cargos (unificação, criação e extinção de cargos; atualização das atribuições e dos requisitos de ingresso)	Acatada parcialmente a correção de distorções pela racionalização dos cargos. Foi determinado prazo até maio de 2016 para finalizar a discussão, da qual deverão participar a Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC), Fasubra, Sinasefe, Andifes, Conif, dirigentes das IFES, MEC e MPOG. Não acatado – piso de três salários mínimos; step de 5%; reposicionamento dos aposentados e pensionistas e concurso público.
Plano Nacional de Capacitação e Qualificação	Muitos avanços. No segundo semestre de 2016, os TAEs contarão com duas mil vagas nos cursos de graduação e mais duas mil em cursos de especialização de todo o país. O edital referente à adesão das Ifes ao PCCTAE para a primeira oferta das vagas deverá ser lançado ainda este ano. A oferta de vagas para cursos de mestrado será discutida em 2016. Aguardam parecer do MPOG, até abril de 2016, a regulamentação sobre o aproveitamento de disciplinas de graduação e pós-graduação para progressão funcional será definida até maio/16, as regras de afastamentos para capacitação e qualificação e o reconhecimento de títulos de mestrado e doutorado obtidos fora do país segue as condições e regras da Capes.
Dimensionamento de pessoal e matriz de distribuição de vagas	Após finalização das negociações entre MEC e Fasubra, prazo de 60 dias para a emissão de portaria que estabelece o modelo de composição do quadro de servidores técnico-administrativos em Educação
Democratização	MEC fará gestão para assegurar a autonomia das IFes no que se refere à escolha e indicação uninominal para nomeação do reitor.
Política de combate ao assédio moral	Aprovada a realização de Seminário nacional sobre assédio moral e outras formas de opressão nas Ifes a ser realizado até abril de 2016, em conjunto com outras entidades sindicais.
Turnos contínuos	Após sinalizar com a possibilidade de emissão de portaria, reafirmando a legalidade e autonomia dos reitores para implantação dos turnos contínuos. O MEC recuou desta posição devido a intervenção da Andifes.